

**PARECER JURÍDICO**

**Assunto:** Inexigibilidade de Licitação para participação de 02 (dois) vereadores e 01 (um) servidor em congresso acerca de gestão pública a ser realizada nos dias 1º a 04 de dezembro de 2023 na cidade de Maceió-Alagoas

**EMENTA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ARTIGO 25, II, DA LEI 8666/93. CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA E TÉCNICA DE COMPETIÇÃO DEVIDO A SINGULARIDADE DO SERVIÇO. POSSIBILIDADE.**

Funda-se o presente parecer acerca da análise da inexigibilidade de Licitação e minuta do Contrato entre a Câmara Municipal de Cristinápolis/SE e ICDAP ( Instituto de Capacitação e Desenvolvimento de Agentes Públicos)

A Lei nº. 8.666/93, em seu art. 25, II e §1º, estabelece **ipsis literis**:

“Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

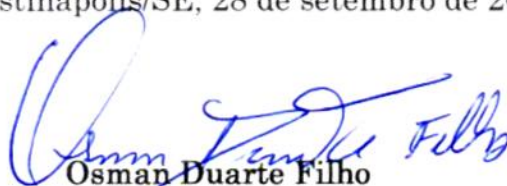
A inviabilidade de licitação ocorre diante da impossibilidade jurídica de haver competição o que torna inexigível o procedimento licitatório.

A Justificativa de Inexigibilidade de Licitação apresentada preencheu todos os requisitos estabelecidos em Lei para que a mesma se configurasse, inclusive mediante as fartas explicações e documentações apresentadas em consonância com o objeto pretendido.

Dito isto, após análise do procedimento de inexigibilidade em testilha não nos parece haver qualquer ofensa aos ditames e princípios legais aplicáveis ao procedimento, mormente a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo sido todos os preceitos alcançados, razão pela qual opinamos pela legalidade do procedimento.

É o Parecer, s.m.j.

Cristinápolis/SE, 28 de setembro de 2023



Osman Duarte Filho  
Procurador Legislativo - OAB/SE n. ° 8538